

SEMINÁRIO DA PRAINHA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA “EGO-HISTÓRIA,” COMO OPÇÃO METODOLÓGICA

GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ*

Resumo: As dimensões da análise histórica se ampliam, no curso da “Ego-História”, apesar de seu pouco florescimento entre nós. No aparente paradoxo de uma relação intrínseca, entre o narrador e a narrativa, fulgura a possibilidade de ampliar a análise proposta, graças à associação entre “Memória Individual” e “Memória Social”.

Palavras-chave: ego-história; história oral; metodologia da história.

Abstract: The historical analysis has enlarged its boundaries throughout the ego-history, although has not developed among us. In the apparent paradox of an intrinsic relation, between the narrator and the narrative, we find the possibility to extend the analysis proposed, thanks to the association between “Individual Memory” and “Social Memory”.

Keywords: ego-history. Oral history. Methodology of History.

1. Condições preliminares

A ânsia de penetrar no labirinto da “Ego-história me acompanhou no curso “do fio e dos rastros,¹” da minha experiência existencial,

* Professor Titular do Curso de História, da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

mesmo antes de que esta opção metodológica fosse inserida na produção acadêmica. Se esse desafio persistiu, ao longo de mais de meio século existencial, por outro lado sempre o senti barrado, pois a sua representação se me afigurava de uma forma desestimulante. Entretanto, graças à descoberta do alcance da “História Oral” e às revelações dos encontros da Associação Brasileira de História Oral, (ABHO), as fronteiras entre história e memória, ao invés de constituírem uma barreira, afloravam como representações que possibilitavam aproximar o que parecia impossível. É como se fossem duas fontes, em posições paralelas, mas com traços comuns, simbolizados pela água cristalina fluída. Mas foi sobretudo a leitura de *Memórias, Sonhos e Reflexões*, de Jung,² que me fez descobrir às dimensões do inconsciente:

Minha vida é a história de um inconsciente que se realizou. Tudo o que nela repousa aspira a tornar-se acontecimento, e a personalidade, por seu lado, quer evoluir a partir de suas condições inconscientes e experimentar-se como totalidade. A fim de descrever esse desenvolvimento, tal como se processou em mim, não posso servir-me da linguagem científica; não posso me experimentar como um problema científico.³

O pesado conceito do que se concebia como científico explica o dilema de Jung em aproximar o seu mundo interior do crivo acadêmico de sua época, panorama bem diferente dos dias atuais, onde o “não dito” e a “desconstrução” expressam a ânsia de romper com verdades anteriormente consagradas.

Na realidade, o termo labirinto me remete à infância, às leituras de histórias, que eram transmitidas em uma das produções de Monteiro Lobato. Acho que não era a sua conhecida “História do Mundo para Crianças”, presente do mano Adalfran, onde pela primeira vez ouvi falar do evolucionismo, inclusive com ilustrações sobre a formação do sistema solar; mas era uma outra, das suas muitas produções, que aproximavam o cotidiano do mundo rural de Dona Benta e de Narizinho às tramas das lendas gregas. Na minha memória ficou retida a configuração da capa desse livro, um desenho, em cores vivas, que mais parecia uma caricatura do “Minotauro”, com cabeça animal e corpo humano, a desafiar o leitor.

Todavia, a muralha recalcitrante à libertação dos recônditos da memória foi a minha formação profissional, na segunda metade dos anos

mesmo antes de que esta opção metodológica fosse inserida na produção acadêmica. Se esse desafio persistiu, ao longo de mais de meio século existencial, por outro lado sempre o senti barrado, pois a sua representação se me afigurava de uma forma desestimulante. Entretanto, graças à descoberta do alcance da “História Oral” e às revelações dos encontros da Associação Brasileira de História Oral, (ABHO), as fronteiras entre história e memória, ao invés de constituírem uma barreira, afloravam como representações que possibilitavam aproximar o que parecia impossível. É como se fossem duas fontes, em posições paralelas, mas com traços comuns, simbolizados pela água cristalina fluída. Mas foi sobretudo a leitura de *Memórias, Sonhos e Reflexões*, de Jung,² que me fez descobrir às dimensões do inconsciente:

Minha vida é a história de um inconsciente que se realizou. Tudo o que nela repousa aspira a tornar-se acontecimento, e a personalidade, por seu lado, quer evoluir a partir de suas condições inconscientes e experimentar-se como totalidade. A fim de descrever esse desenvolvimento, tal como se processou em mim, não posso servir-me da linguagem científica; não posso me experimentar como um problema científico.³

O pesado conceito do que se concebia como científico explica o dilema de Jung em aproximar o seu mundo interior do crivo acadêmico de sua época, panorama bem diferente dos dias atuais, onde o “não dito” e a “desconstrução” expressam a ânsia de romper com verdades anteriormente consagradas.

Na realidade, o termo labirinto me remete à infância, às leituras de histórias, que eram transmitidas em uma das produções de Monteiro Lobato. Acho que não era a sua conhecida “História do Mundo para Crianças”, presente do mano Adalfran, onde pela primeira vez ouvi falar do evolucionismo, inclusive com ilustrações sobre a formação do sistema solar; mas era uma outra, das suas muitas produções, que aproximavam o cotidiano do mundo rural de Dona Benta e de Narizinho às tramas das lendas gregas. Na minha memória ficou retida a configuração da capa desse livro, um desenho, em cores vivas, que mais parecia uma caricatura do “Minotauro”, com cabeça animal e corpo humano, a desafiar o leitor.

Todavia, a muralha recalcitrante à libertação dos recônditos da memória foi a minha formação profissional, na segunda metade dos anos

sessenta, quando as lembranças e a narrativa deveriam ficar a reboque de uma visão redentora das experiências coletivas. Refiro-me ao culto consolidado, no meio universitário, à supervalorização da infra-estrutura como paradigma único de explicação das experiências históricas, frutos de um marxismo plural, porém “mono-casual”, dignificado como revelador do real significado das contradições históricas.

O usufruto do avanço das análises históricas, registrado nessas últimas décadas, quando do meu estágio de “pós-doutorado”,⁴ simbolizou a descoberta da “flor do lótus”⁵, nas águas turvas do modismo da história cultural. Sob a orientação da Professora Sandra Jatahy Pesavento, os resquícios da memória individual me fizeram mergulhar no poço da “Memória Social” e no mundo do imaginário, possibilitando aproximar minhas lembranças de vida a experiências sociais, compartilhadas com colegas do “Seminário da Prainha.” Nessa instituição considerada como modelo de formação, ingressei aos onze anos de idade, portanto no período 1960-1965, mas sobretudo até 1963, último ano em que os Padres Lazaristas, em sua maioria mineiros, permaneceram na direção dessa Instituição. Segundo a Professora Sandra,

Dá-se o nome de imaginário a esta capacidade, essencialmente humana, de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais, capacidade mental que se expressa através de imagens, palavras, idéias e práticas. O imaginário vem a ser, pois, um conjunto de representações coletivas que dá sentido à realidade.⁶

Nessa perspectiva, o imaginário não é definido como o antônimo da realidade, mas uma expressão da capacidade humana de sentir e demonstrar interpretações subjetivas sobre as diferentes paisagens, que moldam o cenário cotidiano, ao longo do curso da existência humana.

A fonte de nossas percepções vai mais além, remetendo-nos às relações do “inconsciente pessoal” e do “inconsciente coletivo,” ultrapassando o limite daquela concepção de um inconsciente, revelada por Freud, que o reduziu “às tendências infantis reprimidas”. Conforme destaca Jung, “O inconsciente possui, além deste, um outro aspecto, incluindo não apenas conteúdos *reprimidos*, mas todo o material psíquico que subjaz ao limiar da consciência”.⁸⁷

Assim, apoiando-me em novos conceitos, a busca de um fundamento teórico também me remeteu, mais uma vez, à valiosa

revelação historiográfica da micro-história, transmitida pelo Prof. Carlo Ginzburg, ao demonstrar o alcance da ficção e da narração histórica, que se mesclam como fontes alternativas à descoberta de análises reveladoras. Através dele, recebemos o estímulo, capaz de romper o receio de fugir aos estreitos limites do que já fora consagrado na produção historiográfica. Entretanto, mesmo reconhecendo as fronteiras das novas propostas analíticas, Ele nos aponta outras saídas:

Contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações de ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, eu proponha considerar a relação entre uma e outras com uma contenda pela representação da realidade.⁸

Em todos nós há resquícios de memória que nos acompanham, ao longo da vida, fazendo-nos aproximar do que parecia distante, revelado através de diferentes representações, numa possível “circularidade”,⁹ onde o passado rompe as barreiras do tempo, pois permanece conectado ao presente, talvez na ânsia de poder acatar, sem traumas, o indefectível futuro.¹⁰

A relação entre as práticas sociais e a maneira de concebê-las, expressa por cada um dos envolvidos nas ações vividas, nos convence do significado das representações no curso das experiências históricas. Por isso,

É do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu “ser percebido”, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social. O porquê da importância da noção de *representação*, que permite articular três registros de realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.¹¹

Na transparência de tal conjectura espelham-se experiências individuais e coletivas, refletindo a pluralidade da ação humana, envolta na dialética social, estampada em diferentes manifestações, muitas vezes

complexas, mas simplificadas pelo uso da representação, uma forma de compreender o que se apresenta complicado.

Por isso, nas manifestações culturais, o peso das proposições consagradas no passado permanece como signo representativo do saber científico, mas a sua validade é definidora de novos rumos da cotejada cientificidade. No campo das incertezas e das probabilidades, as representações e as metáforas simbolizam manifestações em busca de uma compreensão do litígio, motivado pelas crenças e preceitos cultuados. Nessa perspectiva analítica, que ultrapassa as limitadas classificações consagradas pela tradição acadêmica, a dupla significação, apontada por Norbert Elias, para o termo cultura, abre uma perspectiva reveladora sobre as manifestações dos agentes sociais: além da produção registrada, “as práticas ordinárias,” presentes nas relações cotidianas das comunidades revelam aspectos expressivos dessas práticas sociais.¹²

No desmonte dos modelos arcaicos, a razão humana não pode ser esquecida, mas o seu culto já não mais se sobrepõe a valores antes menosprezados, como a espiritualidade e a religiosidade. O ímpeto demolidor do iluminismo, antes definido como único farol capaz de inspirar o roteiro do almejado progresso, perdeu o seu fulgor.

O Anticristo, de Nietzsche, tinha a sua razão de ser, na segunda metade do século XIX, considerando a estrutura ideológica e pastoral da Igreja Católica ou das Igrejas, exatamente na época em que o Seminário da Prainha foi implantado, em 1864, para enfrentar a laicização da sociedade.¹³ Mais significativo, nesse pensador, foi o desmonte do culto à razão, como solução final a todos os enigmas existenciais. Entretanto, o pensamento de Nietzsche não foi algo isolado, mas reflete as indagações existenciais da segunda metade do século XIX, expresso num sincretismo, indicado por Paul Ricoeur¹⁴ e numa nova perspectiva de análise, assim comentada por Foucault: “O século XIX e em particular Marx, Freud e Nietzsche nos colocaram diante de uma nova possibilidade de interpretação: fundaram de novo a possibilidade de uma hermenêutica [...]”¹⁵

As antigas fronteiras, mesmo sem terem sido destruídas, perderam o seu significado simbólico, no turbilhão ideológico, que expressa a pós-modernidade, cujas raízes remontam “... ao desmoronamento da

sociedade burguesa e do mundo eurocentrista por ocasião da *Primeira Guerra Mundial*. ”¹⁶

As inquietações culturais manifestam-se em diferentes espaços, diferenciados em suas dimensões sociais, mas próximos em suas experiências cotidianas, que refletem a ebulição das relações sociais. As ruas e os meios de comunicação revelam o amálgama das práticas humanas, demonstrando a limitação do tradicional conceito de classe, como medida de divisão social.

Se as antigas fronteiras perderam o seu significado, a tradição erudita, manifesta na força do racionalismo, acusa os labirintos da memória, como fonte, uma vez que podem turvar a almejada “busca da verdade”, idealizada como uma auréola envolvente. É como se houvesse uma revelação transcendental, exclusiva aos que sabem imiscuir-se nela, deixando-se absorver pelo seu ímpeto transfigurador. Persiste a busca de uma demonstração, mais inconsciente do que consciente do “... espectro do positivismo ingênuo,” que nos parece perpetuado, não apenas num passado remoto, mas fortalecido em uma “longa duração”, mesmo ante as arrancadas “do ceticismo da pós-modernidade.”¹⁷

Entretanto, tal “busca da verdade” não pode ser considerada como uma prova de uma imaturidade racionalista, típica do apogeu da modernidade, uma vez que ela aflora em diferentes manifestações do saber, qualquer que seja o tempo histórico vivido. Periculosidade é querer impor as verdades reveladas com ímpeto automatizado, numa incoerência comportamental, na tentativa de esmagar o senso crítico dos que convivem com os arautos das mensagens redentoras. Na realidade, “*Tempo que se perde, tempo perdido, tempo que redescobre e tempo redescoberto são as quatro linhas do tempo.*”¹⁸

E nessa busca da temporalidade, Deleuze nos aponta o alvo mirado:

O essencial na *Recherche* não é a memória nem o tempo, mas o signo e a verdade. O essencial não é lembrar-se, mas aprender; porque a memória só vale como uma faculdade capaz de interpretar certos signos e o tempo só vale como a matéria ou o tipo dessa ou daquela verdade. E a lembrança, ora voluntária, ora involuntária, só intervém em momentos precisos do aprendizado, para contrair o efeito ou para abrir novos

caminhos. As noções da *Recherche* são: o signo, o sentido, a essência; a continuidade dos aprendizados e o modo brusco das revelações.¹⁹

Portanto, a verdade é imprescindível, mas o seu significado vai além da simples definição apresentada em um dicionário, ou seja, “o que está de acordo com o real; exatidão,”²⁰ uma vez que “... o modo brusco das revelações...” remete à subjetividade de quem as absorve. É como se cada agente do processo vivido constituísse uma modalidade diferenciada de filtro do conteúdo assimilado ou uma peça compressora dos grãos triturados, patenteada pela capacidade analítica, presente em cada ser humano.

Como frutos de um legado cultural, continuamos presos aos grilhões do contexto existencial, em especial quando nos sentimos concentrados no molde experimental de uma formação idealizada, fruto dos valores da época. Segundo a tradição, o receio de penetrar no que parece perigoso permanece instigante, pois nos acompanha como uma sombra sinistra, deixando-nos impotentes ante as regras sacrossantas, que norteiam a produção acadêmica.

Graças à posição desafiadora da história, “entre certezas e inquietudes”,²¹ explorando “o indizível, ou a crise do causalismo,” que remete a “uma transdisciplinaridade”²² ou ante a ameaça do “Texto Histórico como Artefato Literário,”²³ análises desbravadoras revelam aspectos antes desconsiderados, abrindo perspectivas de produção, onde a narrativa ressurgiu como medula do trabalho proposto. E se as fontes se ampliam, ressaltando a oralidade como um canal revelador de uma história plural, a crise do racionalismo nos faz reconhecer outro manancial, incrustado no “inconsciente individual” e “no inconsciente coletivo.”²⁴ Assim, reconhece-se a aproximação fértil, entre a história e a psicologia, que revela “o símbolo como mediador entre inconsciente e história”,²⁵ possibilitando uma ampliação das fontes e serem exploradas.

Nessa probabilidade metodológica, uma temática simbólica, como “O Seminário da Prainha, uma outra Fortaleza” nos possibilita usufruir de duas modalidades de informações, advindas da memória social: as lembranças pessoais, de quem ingressou no internato dessa instituição, aos onze anos de idade e ali permaneceu até aos dezessete e a “memória coletiva”, explorada através das 51 entrevistas realizadas, no Ceará, no

caminhos. As noções da *Recherche* são: o signo, o sentido, a essência; a continuidade dos aprendizados e o modo brusco das revelações.¹⁹

Portanto, a verdade é imprescindível, mas o seu significado vai além da simples definição apresentada em um dicionário, ou seja, “o que está de acordo com o real; exatidão,”²⁰ uma vez que “... o modo brusco das revelações...” remete à subjetividade de quem as absorve. É como se cada agente do processo vivido constituísse uma modalidade diferenciada de filtro do conteúdo assimilado ou uma peça compressora dos grãos triturados, patenteada pela capacidade analítica, presente em cada ser humano.

Como frutos de um legado cultural, continuamos presos aos grilhões do contexto existencial, em especial quando nos sentimos concentrados no molde experimental de uma formação idealizada, fruto dos valores da época. Segundo a tradição, o receio de penetrar no que parece perigoso permanece instigante, pois nos acompanha como uma sombra sinistra, deixando-nos impotentes ante as regras sacrossantas, que norteiam a produção acadêmica.

Graças à posição desafiadora da história, “entre certezas e inquietudes”,²¹ explorando “o indizível, ou a crise do causalismo,” que remete a “uma transdisciplinaridade”²² ou ante a ameaça do “Texto Histórico como Artefato Literário,”²³ análises desbravadoras revelam aspectos antes desconsiderados, abrindo perspectivas de produção, onde a narrativa ressurge como medula do trabalho proposto. E se as fontes se ampliam, ressaltando a oralidade como um canal revelador de uma história plural, a crise do racionalismo nos faz reconhecer outro manancial, incrustado no “inconsciente individual” e “no inconsciente coletivo.”²⁴ Assim, reconhece-se a aproximação fértil, entre a história e a psicologia, que revela “o símbolo como mediador entre inconsciente e história”,²⁵ possibilitando uma ampliação das fontes a serem exploradas.

Nessa probabilidade metodológica, uma temática simbólica, como “O Seminário da Prainha, uma outra Fortaleza” nos possibilita usufruir de duas modalidades de informações, advindas da memória social: as lembranças pessoais, de quem ingressou no internato dessa instituição, aos onze anos de idade e ali permaneceu até aos dezessete e a “memória coletiva”, explorada através das 51 entrevistas realizadas, no Ceará, no

Piauí, no Maranhão, na Paraíba e em Minas Gerais, com Arcebispos, Bispos, Ex-Reitores, Padres Professores, “Ex-Padres” e Ex-Seminaristas.

A princípio, o módulo da chamada “Ego-História” nos parecia favorável para compreender a dimensão histórica do Seminário da Prainha, considerando as referências divulgadas e o reconhecimento propalado acerca da validade de tal opção temática. O marco inicial do modelo difusor da nova abordagem analítica foi divulgado na conhecida publicação dos “Ensaio de Ego-História”.²⁶ Entretanto, o depoimento de Roger Chartier, a respeito dessa opção metodológica me fez repensar a sua validade. Para o conhecido historiador,

Quando Pierre Nora inventou esse conceito de Ego-História, que conduz o historiador a se colocar como objeto do seu discurso, fez algo terrível porque todos os historiadores se precipitaram em contar suas vidas. De fato, a quem se permite fazê-lo? Aos astros do cinema. A grandes esportistas. Aos políticos. no entanto, todos os intelectuais ou todos os professores a quem se pediu para contar sua vida, ficaram contentes. Para eles, isso significava transformar seu status na sociedade. Mas seus textos são, salvo algumas exceções, absolutamente chatos. Como diz Bourdieu, por que pedimos aos historiadores para contar, vidas em história? Fora existências como a de Jean-Pierre Vernant, herói da resistência francesa, os outros, os nossos, ordinários e banais, são insignificantes. Eles nos importam, mas não acho que mereçam ser contadas.²⁷

No verso da capa, do referido livro, há a seguinte indagação e a respectiva resposta, explicitando o significado da expressão adotada e os seus objetivos:

Que é ego-história? Não se trata de uma autobiografia pretensamente literária, nem de uma profissão de fé abstracta, nem de uma tentativa de psicanálise. O que está em causa é explicar a sua própria história como se fosse de outrem, tentar aplicar a si próprio, seguindo o estilo e os métodos que cada um escolheu, o olhar frio, englobante e explicativo que tantas vezes se lançou sobre os outros. Em resumo, tornar clara, como historiador, a ligação existente entre a história que cada um fez e a história de que cada um é produto.

Confrontando as duas exposições, mesmo sem desmerecer o conteúdo da publicação pioneira sobre “Ego-História,” prefiro comungar

com os argumentos apresentados por Chartier, que me levou a redefinir a metodologia dessa proposta temática. Por isso, ao invés de rejeitá-la, de forma categórica, prefiro a ela recorrer, mas com um objetivo definido: explorar a minha memória, não de forma limitada, centralizando-a na projeção do meu eu, mas remetendo-a ao coletivo. A meta almejada é considerá-la como uma observadora de experiências plurais, que revelem as ações individuais e as relações comunitárias, presentes no cotidiano de um internato.

Na tentativa de associar o individual ao coletivo, buscando entender o Seminário da Prainha, como expressão da micro-história urbana, o próprio Chartier nos aponta o alcance desta perspectiva analítica:

Radicalmente diferenciada da monografia tradicional, cada *microestória* pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem.

2. Memórias da Prainha, no meu processo de “individuação”

Se o Seminário da Prainha pode ser concebido, como “um lugar social”,²⁸ mesmo considerando a sua divisão espacial, que estabelecia fronteiras entre O “Seminário Menor” e O “Seminário Maior,” a subdivisão do Menor, entre “Grandes” e “Pequenos,” além da área reservada aos sacerdotes, responsáveis pela sua direção, seja a nível de acomodação particular, os quartos, ou mesmo em relação a uma capela especial e a uma área de recreio, a paisagem torna-se muito mais complexa se forem considerados os espaços particulares, recônditos, expressos na maneira de ser e de agir de cada um dos componentes da pluralidade enunciada.

Tal reflexão me remete às ondas revoltas do “Enredo e verdade na escrita da história”,²⁹ onde White deixa explícito [ou demonstra] o ímpeto da subjetividade, aflorado com maior intensidade, a partir do modernismo, uma vez que “relatos narrativos” não se expressam apenas como reproduções factuais, mas deixam-se identificar pela maneira específica como os fatos são reconhecidos.

Dessa maneira, um relato narrativo pode representar um grupo de eventos que tem a forma e o significado de um épico ou uma estória

trágica, e um outro pode representar mesmo grupo – com igual plausibilidade e sem violar nenhum registro factual – descrevendo uma farsa.” Aqui, o conflito entre “narrativas que competem” tem menos a ver com os fatos da matéria em questão de com os diferentes significados da estória pelos quais os fatos possam ser contemplados na elaboração do enredo.³⁰

Nessa perspectiva, a representação que se delineia de forma figurativa, na narrativa proposta, constituiu um estímulo persistente à revelação de parte do meu processo de “individuação.”³¹

O meu ingresso no Seminário da Prainha, em 1960, aos onze anos de idade ainda permanece vivo. O velho casarão do Seminário se me afigurava disforme, com suas inúmeras janelas, no térreo e no andar superior, figurando ao lado uma Igreja azulejada, na esquina da Rua Monsenhor Tabosa com a Avenida D. Manoel. Os sinos, marca indelével da centenária instituição, expressavam alegrias sentidas ou marcavam momentos sofridos. O carrilhão da Prainha sempre dobrava melancólico ao entardecer, externando a instabilidade do anoitecer.

Transpus rápido pela grande porta. Meu pai ali ficou sereno, aparentemente. Um nó na a garganta impedia-me a voz, oprimindo saudades. Mamãe ficara a chorar, quando da despedida, como se a partida fosse definitiva. Só ao ingressar no prédio percebi o sentido daquelas lágrimas. Escurecia. Penetrei silente. As paredes espessas deixavam-me inquieto. As arcadas dois longos corredores, de cada lado do grande pátio, mal cuidado e coberto com ficus verdejantes, elas eram parte de um cenário, que tinha seu centro no velho pedestal de São Vicente de Paulo, marco do cinquentenário da casa, disseram-me, cobrindo com um manto uma criança e conduzindo outra pela mão. Diziam as boas línguas que o pequeno, encoberto pelo manto, conseguira fechar os ouvidos às picantes anedotas, contadas por alguns seminaristas.. De um lado, cinco salas de aula, de outro, o longo refeitório dividia o Seminário Menor do Seminário Maior.

Ao fundo, um velho galpão, onde os pequenos – no Menor havia a divisão entre pequenos e grandes – se compraziam, foi a primeira visão do futuro palco cotidiano. Um grande viveiro fora colocado perto do corredor, que levava à Capela, por trás da estátua de São Vicente e à

frente de um pequeno campo de basquete. Uma rolinha mansa e diversos passos, presos em um grande viveiro, expressavam um ar de mansidão.

Dirigi-me à rouparia, ou melhor, até lá fui conduzido pro um levita fanhoso. Velhos guarda-roupas com uma prateleira, porta sem fechadura, continham os pertences de cada um. Ali era proibida a conversa, como se o segredo das queixas fossem pacientemente dobradas, como as peças de roupas.

Desarrumei a mala, retirei uma colcha de cama, lençol, pijama, pasta, sabonete e pente, sem excluir a indispensável batina, paca de grande utilidade, não apenas para as missas solenes, mas para a troca das surradas roupas. Subi a escada, cruzei as anti-higiênicas privadas, as “casinhas”, como por lá eram denominadas. Coube-me uma velha cama de ferro. Três prolongadas filas de camas, algumas da marca “patente”, de madeira, espalhavam-se pelo soalho antigo, que terminava aos pés de uma imagem de Nossa Senhora das Graças. Era o velho dormitório, onde ao apagar das luzes, apenas permanecia a débil iluminação de três frágeis lâmpadas, pendentes do teto. Antes do deitar, jovens sonolentos, às vezes bocejando, postavam-se reverentes ante a imagem, já vestidos com os pijamas, toalhas aos ombros, recitavam três “Ave Maria”, tradição que garantia uma noite tranqüila. Para escovar os dentes, além de um pia antiquada no dormitório, as mais procuradas situavam-se no térreo, entre o “Salão de Estudos” e a “Capela.” O meio desse espaço era ocupado por uma caixa d’água. Em torno dela, algumas banquetas, em alvenaria, cada uma com quatro torneiras, para o banho de rosto e o escovar dos dentes.

Ao pisar forte de um passante, todo o dormitório se embalava ao compasso das passadas pausadas. Contíguo a esse, ficava o novo, que se destacava pelo forro ainda conservado, poucas camas de ferro, mosaicos capelenses, janelas menores e um crucifixo na parede. No novo, além das diversas janelas laterais, duas se voltavam para o campo de futebol, permitindo alongar o olhar, pois se podia ver, nitidamente, à noite, o farol do Mucuripe acendendo e apagando, como se representasse uma ilusão nascente e uma esperança decadente. Às noites, costumava debruçar-me sobre uma das janelas para contemplar o pisca-pisca insistente, acariciado pela brisa. Ao lado direito, a caixa d’água destacava-se como sentinela avançada, de onde se tinha uma visão para além dos

muros. O contínuo pestanejar do farol longínquo associava-se ao silêncio, que envolvia em seu manto calmo as inquietudes cotidianas.

Ao procurar trocar de roupa, colocavam-nos numa encruzilhada: dirigir-se às sempre molhadas “casinhas”[sanitários] ou enfiar-se na própria batina e, metendo as mãos em uma abertura por trás dos dois bolsos laterais, passagem secreta para tais emergências, podia-se tirar a incômoda cueca. Tarefa simples, mas estafante para um novato como eu. Ainda bem que um companheiro socorreu-me no fatídico momento, demonstrando como banalizar o que parecia complexo.

Deitado, travesseiro recebendo o peso das preocupações, eu procurei localizar-me na incômoda cama, comparada com a costumeira rede caseira. Em uma alta noite, numa inexperiência latente, despenquei dela, acordando com o baque no tabuado antigo. Levantei-me atordoado e de novo me vi “nos braços de Morfeu”.

Em mais de uma noite fui acordado com a pressa de um colega, que se levantava de súbito e corria em direção ao banheiro. Como o hábito tornara-se diário, durante o recreio, pois no dormitório o silêncio era obrigatório, insisti em que me explicasse, no dia seguinte, o motivo de tanta pressa no simples ato de levantar-se e o mais curioso, em quase todas as noites. Ele me pediu segredo absoluto para a sua resposta e fui fiel a seu pedido em não divulgar a razão do seu mistério: como ele costumava fazer xixi na cama, todas as noites, antes de dormir, amarrava um cordão na extremidade do pênis e ao acordar incomodado, corria ao sanitário, onde cortava com uma tesourinha, para dar vazão à urina retida. Às vezes acontecia de ferir com a ponta da tesoura a parte onde se localizava o nó, em virtude da pressa em livrar-se do incômodo. De acordo com sua opinião, melhor submeter-se a tal prática do que dormir numa parte do dormitório, mal vista por todos, reservada só aos “mijões”.

Às cinco e trinta, um barulho súbito vinha roubar-nos o sono profundo. Levantava-nos às pressas, ao som do sino, que regia os diversos horários cotidianos. Com o banho de rosto, escova de dentes e toalha pequena às moas, a preguiça era espantada.

Passeando no galpão, em absoluto silêncio, nós aguardávamos o tinir da sineta, às vezes de forma lacônica, outras prolongada, sempre definida como a “voz de Deus”.

Será que a voz do Pai eterno seria estridente como aquela que ressoava aos nossos tímpanos, com tanta insistência? De imediato, cada um se alinhava em duas tradicionais filas, paralelas, organizadas por ordem de tamanho. A fila tornara-se uma tradição respeitada. Nela íamos à capela, ao refeitório, ao salão de estudos, acompanhados pelos regentes ou pelo “Padre Prefeito”, responsável pela disciplina dos menores. Os regentes eram personagens estranhos, nomeados anualmente pelo Prefeito, de quem recebiam as ordens do dia, vigiando e denunciando os que infringissem as normas estabelecidas. Havia o “regente,” espécie de oficial do dia, encarregado de puxar a fila aonde ela fosse. Os outros três postavam-se nos pontos estratégicos, às vezes com uma caderneta em punho, assinalando os fatos. Em todos os recantos suas figuras vagarosas nos acompanhavam, sempre com lugares marcados em espaços estratégicos, no dormitório, na capela e no salão de estudo.

Certa vez, o Lazarista Padre Mendes, Prefeito de disciplina, ameaçou meus anseios sacerdotais: “você quer ser padre ao seu modo. Acabar com a fila, absurdo!” A fila nos conduzia a todos os espaços traçados, inclusive à merenda, às nove horas da manhã. No galpão dos menores havia duas linhas paralelas, pintadas de preto, com uma certa distância entre ambas, onde se organizavam as filas e também eram distribuídas duas bananas a cada um, para o lanche.

Na capela pela manhã a missa, uma breve oração após o almoço, à tardinha uma ladainha comprida e o “Ângelus”, rezado em pé. Estranho local a capela. Abafada e em estilo exótico. Dizem que a sua instalação fez parte das comemorações do cinquentenário da Prainha. Janelas ogivais com vidraças coloridas, com pequenos ganchos pendentes, presos à parede. Bancos lisos com porta missais. Um complexo altar de madeira, um trabalho bem acabado à mão, com vários nichos, onde se situavam São Luiz Gonzaga, São Vicente, Santo Antonio, dentre outros. No alto, uma imagem de Nossa Senhora, também esmagando a serpente, muito semelhante a outra que se encontrava no dormitório, onde muitos dos colegas, antes de dormir, se ajoelhavam para rezar. Um arco verde e branco imitava um desbotado céu. Um harmônio velho acompanhava os arrastados cantos cotidianos.

A sacristia, pobre em paramentos e ornamentos, completava a Capela. Iniciada a missa, o ajudante vestia a batina e os presentes seguiam

um rigoroso senta-levanta, marco pelo estalar de uma “cacholeta” de madeira, posta entre as mãos de um dos regentes. Todos se posicionavam na longa fila, destinada à comunhão.

O Seminário Menor era dividido entre os grandes e os pequenos, de acordo com a idade e, conseqüentemente, o ano cursado. Havia dois dormitórios, dois salões de estudo e era proibida a comunicação entre grandes e pequenos e também com os seminaristas dos cursos de Filosofia e de Teologia, que compunham o Seminário Maior.

O Salão de estudos, com as tradicionais janelas no modelo das existentes na capela e, ao fundo, um soturno estrado, ladeado por duas escadinhas. Ali, sentada a uma mesa, ficava o regente do dia, tentando por ordem ao grande público. Extensas carteiras, com cinco lugares cada, estendiam-se até o final do salão. No mais, o silêncio de estudantes atarefados, problemas a serem resolvidos, redações rabiscadas, passa tempo garatujado, livros folheados.

Batida a sineta, uma campainha prolongava o alerta com impertinência. O “Veni Sancte Spiritu” era entoado e o “sub tuum praesidium, confugimus Sancte Dei genitus...” prolongava-se pelos corredores estreitos e a fila se arrastava pelos corredores. Ao lado do Salão de estudos ficava o galpão dos grandes, destacando-se pelo pequeno palco, com uma tradicional Virgem Maria, montando guarda. A rouparia dos grandes ficava contígua.

Ao refeitório, ocupávamos a ala esquerda, de quem vinha do Menor, sob a proteção de um crucificado envidraçado. Longas e lisas mesas, em marmorite, sem toalhas, com toscos e longos bancos laterais, os canecos de ágata ou os copos de alumínio, nunca de vidro, caracterizavam o refeitório. No alto, em meio ao colossal ambiente, um púlpito com microfone e um pequeno tamborete, local supliciado aos leitores. O Padre Tomé Verman reclamava irritado ai “converseiro” quase diário. Para Ele, “no meu tempo...” e lembrava a tradição, pois só no dia de São Vicente, na Páscoa e em alguma outra data significativa, a leitura às refeições era dispensada. Ao final das refeições, ouvia-se a leitura do “Martirólogo Romano,” relatos sobre os mártires católicos da perseguição romana, segundo o qual, “in Caesarea na Capadocia...”

Apesar da seriedade das leituras, quando se ouvia um nome que, direta ou indiretamente, se referia ao de algum colega, parte dos ouvintes,

sobretudo dentre os menores, rompia em irreverente riso, apesar da vigilância severa do Padre Prefeito. E a referência à “Virgem Anastácia...” era o suficiente para encabular um Anastácio presente. “A Cabana do Pai Tomás”, “Convertidos do Século XX” ou “Vingança, Não,” do Padre Pereira Nóbrega foram alguns dos livros apresentados, que permaneceram na memória. Sobretudo esse último tornava o jantar mais ameno, graças ao relato do filho sobre a coragem e audácia do pai do autor, o indomável Chico pereira, nos sertões da Paraíba.

Quando o leitor gaguejava ouvia-se o tinir da campainha, em mãos do Padre Prefeito, que se sentava na extremidade da mesa central, bem defronte ao Cristo Crucificado. Sua pequena mesa, onde se sentava, agregava-se a uma extremidade da mesa central, ocupada pelos pequenos. Alguma sobras nas travessas, frutas ou restos de sobremesas, o Prefeito passava aos dois menores, que lhe estavam próximos. “Os beques”, assim eram chamados os dois felizardos, que devoravam com avidez tudo o que lhe caía às mãos.

Certa vez, ao saborear uma banda de pão, molhada numa caneca com café com leite, “leite de padre”, assim denominado o leite em pó, de origem americana, proveniente de doações internacionais, um dos colegas pegou uma chaleira, que se esvaziara rápida e começou a rodopiá-la. A chaleira esvaziara-se, rápida, pois a maioria já sorvera o escuro líquido. Os mais vagarosos ainda prolongavam aquele momento, bebericando. Em seguida, um deles retirou a tampa e, para estupefação dos que estavam próximos, descobriu lá no fundo, esparramada, uma mísera rã. arrepios e protestos tardios em nada modificaram a ocorrência considerada banal.

Casos curiosos às vezes divertiam os presentes. Na época do Seminário Regional, após a saída dos padres lazaristas da sua direção, o colega “Maralhas”, proveniente do Maranhão e sempre perfeito na sua dicção, enchera o seu prato, quando lhe jogaram uma casca de banana dentro. Baixinho e gordo, mais vermelho do que de costume, levantou-se de forma solene, despejando todo o conteúdo sobre o marmorite. De outra feita, raspava os restos de uma travessa de arroz, quando o magricela “Pirambu” cutucou sorrateiramente a figura em foco. Metódico e irado, levantou-se sisudo, pegou a travessa, dando com ela fortes bordoadas no magricela atônito. Não me recordo se recebeu punição e se a ela foi

submetido, deve ter sido daquelas mais brandas, afinal o rigor da disciplina dos lazaristas já não se fazia presente na disciplinados internos.

Em raras ocasiões faltava energia durante a leitura efetuada no decorrer dos jantares e, segundo boatos, quando as leituras se tornavam insuportáveis, “os cursistas”, apelido dos seminaristas do maior, que cursavam Filosofia ou teologia, desligavam a energia, provocando a raiva dos padres, responsáveis pela manutenção da disciplina.

Do meio do salão em diante, o aspecto do refeitório era outro: pequenas mesas com toalhas simples, cinco lugares em cada uma. “Humanismo comestível”, diziam, expresso inclusive no direito a beber água gelada, sagrado privilégio dos “cursistas”, diferente da situação dos menores, que só tinham direito a água das quartinhas. Em 1964, passou a haver verdadeira disputa pelas garrafas de água gelada, que restavam ao final das refeições, mas isso era regalia dos tempos democráticos, posteriores à aplicação da rígida disciplina pelos lazaristas.

Um carrinho médio, de madeira e com quatro rodas de ferro, com doces, sopas e comidas finas era dirigido pelo rubicundo Frotinha, levita do Maior, encarregado de levá-lo aos Padres, que ficavam na outra extremidade do refeitório, em uma grande mesa, dirigida pelo Padre Reitor.

Os serventes eram escolhidos com diligência. Havia indicação pelos regentes, mas o veredicto final cabia ao padre prefeito. Com brancos aventais, circulavam radiantes, pois, ao final, usufruíam do privilégio de transportar doce e mais carne na travessa, como regalo do bem servir.

Um costume tradicional dilui-se no tempo: os tradicionais sermões dos seminaristas do Curso de teologia, uma espécie de treinamento efetuado durante a refeição, sob os olhares vigilantes dos superiores, que perscrutavam quaisquer deslizes teológicos ou de expressão.

O refeitório servia de divisa, marco avançado entre o Seminário Maior e o Menor. Impossível atravessá-lo sem a ordem expressa do padre prefeito. Uma vez, ferindo as santas regras, arrisquei-me por aqueles lados e fui, de modo grotesco, chamado à ordem pelo culto e respeitado Padre Marçal Versianni dos anjos: “o lugar dos incircunsisos é do outro lado”.

Um pátio pequeno, mosaicado, uma pintura retratando o venerado Monsenhor Tabosa, uma pracinha com poucos bancos, um tanque com

uma magra garça em cimento, uma velha tamarineira a servir de abrigo. No pátio um crucifixo grande, ao lado a quadra de futebol de salão, uma infinidade de cubículos de madeira, razoáveis para a maioria, “pocilgas sub-habitáveis”, para um exigente aluno de Filosofia. Alguns quartos mais bem acabados, em alvenaria, em frente à quadra, pareciam mais simpáticos, com uma cama, uma mesinha de madeira, além de um velho guarda-roupa, constituíam o recanto dos invejáveis diáconos e de uns poucos levitas tonsurados.

A Igreja da Prainha, com o seu velho alta-mor, num estilo rebuscado, centrado no espaço reservado à singela Nossa Senhora da Conceição da Prainha, ostentava na lateral o brasão de seu Arcebispo Metropolitano, D. Antônio de Almeida Lustosa: “sub umbra alarum tuarum” – “à sombra das tuas asas.” Por isso que D. Antônio não podia sentar-se, durante as solenidades, pois logo cochilava, às asas do Senhor, segundo observadores atentos.

A parte central era dividida por uma pequena mesa da comunhão e um velho púlpito. Dois confessionários velhos quedavam-se imponentes. Um São Jorge, que posteriormente teria os seus direitos cassados, ameaçador, dava um exemplo da força cristã. Os altares laterais, o da Medalha Milagrosa, bastante procurado e o da Piedade, local preferido pelo Padre Pedro Zinguerler, para as suas missas.

Na ala direita, o altar do Sagrado Coração, onde o Padre Tomé Verman costumava celebrar. Na parte central da Igreja, da cada lado, mais dois altares, um, bastante enfeitado, de São Francisco, ladeado pelo de Santo Antônio, mais singelo, palco das “missas relâmpagos”, do Padre Barros.

O coro, na parte superior da entrada da Igreja, pouco era ocupado, mas muitas vezes servia para os “adoentados” assistir as cerimônias religiosas, mesmo dormitando.

As torres esguias da Prainha desafiavam o céu, voltadas para o infinito, em sua singela escultural, escamadas de azulejos. E os sonoros sinos da Prainha, o centenário a dobrar nas manhãs festivas das Ordenações Sacerdotais, quando o “Ecce Sacerdos...” ecoava sonoro pela igreja, enquanto vagaroso e solene, Sai Excelência Reverendíssima, D. Antônio de Almeida Lustosa, entrava paramentado, acompanhado de quatro ajudantes, vestindo batinas e portando roquetes. O Arcebispo

contrastava seu perfil esguio com as entradas triunfais, envolto em sua longa vestimenta roxa.

A ordenação sacerdotal constituía o alvo final da trajetória percorrida, ao longo de mais de dez anos de internato. Um privilégio “de poucos escolhidos, dentre os muitos chamados”. Geralmente ocorriam no final do ano, a oito de dezembro, dia da Imaculada Conceição. Na entrada triunfal do Arcebispo, alguns apetrechos litúrgicos chamavam a atenção: além do paramento episcopal, complementado pela longa alva, a estola era usada de forma cruzada sobre ela. Também eram usados o manípulo, uma pequena peça pendurada ao pulso direito, além do cingulo, cordão com que o celebrante apertava a alva na cintura, o amito, um pano retangular preso às costas por duas tiras longas, o báculo trabalhado, levado à mão esquerda, a mitra posta sobre a cabeça, que davam um aspecto peculiar àquela solenidade, como se fosse um mistério a ser revelado. O arcebispo dirigia-se a uma vistosa cadeira, ante a qual se ajoelhavam dois acólitos, para lhe lavar as mãos. Outro, portando um grande missal, sustentava-o para a leitura das orações, enquanto um outro acólito segurava uma candeia, que continha uma vela. Iniciava-se a cerimônia e a “Schola Cantorum” entrava em ação, com a junção de diferentes tonalidades de vozes e idades.

Além das chamadas ordens menores, iniciadas com a concessão da tonsura, havia o Subdiaconato e o Diaconato que, juntamente com a ordenação, constituíam as mais belas cerimônias. Quem recebia o diaconato, podia distribuir a comunhão, batizar e auxiliar mais diretamente no ministério sacerdotal. Entretanto, eram as ordenações sacerdotais as mais significativas na vida cotidiana da Prainha. Ante o arcebispo, o candidato ao sacerdócio, de alva e estola, submetia-se a uma queda simbólica: ajoelhava-se e, de súbito, com um baque surdo punha-se de bruços, apoiando-se sobre os braços cruzados, à altura da testa. A partir daquele momento, o jovem renunciava aos desejos da carne e prometia dedicar a sua vida inteira à missão que lhe seria confiada. A família, com irradiante contentamento, acompanhava a cerimônia, que atingia seu ápice com a definitiva consagração: “*Tu es sacerdos in aeternum, secundum ordinem de Melquisedec*”. Após o beija-mãos, iniciado pelos pais, com o abraço demorado da mãe, a primeira bênção

eras dada, acompanhada de efusivos cumprimentos dos demais familiares e colegas radiantes.

O rigor disciplinar nos remetia ao perfil dos que dirigiam o seminário, em sua maioria padres sisudos e exigentes. Entretanto, havia exceções. O Padre Barros, tipo estranho, moreno, renomado apreciador de fedorentos charutos. No seu quarto, chamava atenção o amontoado de livros e o cheiro forte do charuto a dominar o ar. Sempre andava com uma pequena chibata de coro no bolso da batina, pois quando se sentia incomodado, sacava da chibata e opunha o intruso para correr. Ensinava geometria, tentando explicar os complicados “teoremas pitagóricos”: *“Eu traço um triângulo de lá p’ra cá, ficando um espaço vazio no meio, macaco.”*

– *“Padre, não podíamos ir ao meio...”*

– *“Ó estúpido, ali é um pântano de merda, você não pode atravessar!”*

Ante qualquer movimento suspeito, arreganhava os dentes desbotados pelo fumo e ameaçava colocar *“o macaco”* de joelhos, por *“estar namoriscando, trocando beijocas”*, ou seja, conversando com os mais próximos.

Quando o sol da tarde batia de chapa, através da porta da sala de aula, refletindo na sua batina, deixava à mostra o reflexo de um velho calção surrado, por baixo da batina. Ele ficava furioso, quando os colegas começavam a sorrir, sem perceber o porquê da questão.

Ao passar pelo galpão de recreio, alguns seminaristas corriam-lhe ao encalço e ele tirava a célebre chibatinha do bolso e pândega estava feita. Interessante é que o Padre Barros não impunha receio, pelo contrário, divertia a todos. A bondade transparecia por trás daquela carcaça charuteira. Às vezes, quando vinha da merenda, jogava uma ou duas bananas e divertia-se com a disputa travada pela posse das mesmas. Dizem que zombavam amigavelmente de algumas decisões dos “brancos”, seus companheiros de vida religiosa, os lazaristas. Feio e irrequieto, com os cabelos eriçados, muito zombava, mas pouco ofendia. Humilde e singelo trazia-nos momentos de uma alegria espontânea, nem sempre presente num sistema de internato. Poderia mostrar-se orgulhoso ou cheio de si, com o domínio da complexidade matemática. Para ele,

contudo, a simplicidade era contínua, como o eram as brincadeiras que contava sobre a sua Juiz de Fora ou em relação ao presidente Juscelino. Sabia aproximar-se dos outros, despertando sentimentos, dissipando mágoas. Curioso foi o caso contado a seu respeito em relação à confissão. Todos os demais padres aceitavam ser confessores dos seminaristas, com exceção do Padre Pedro Zingerler, em virtude de sua idade avançada. Um dia um seminarista decidiu se confessar com o padre Barros e dirigiu-se ao seu quarto, batendo à porta:

- *“Padre Barros, Padre Barros.*
- *Que é que é, macaco?*
- *Padre, quero confessar-me.*
- *P’ra que pecou, macaco?*
- *Foi sem querer, Padre.*
- *Então não há pecado. Vá embora.”*

E soltava uma sonora gargalhada, expressão da sua simplicidade.

Padre Fernando Van Dick, holandês, olhos vivos como a tonalidade da sua careca. Fumava charutos finos, não tão redondos como os óculos que usava. Matemático severo, professor sarcástico. E lá se ia mais teorema, esparramado no quadro, não importava se fora entendido ou não, valia o horário cumprido.

Padre Tomé Verman, grandalhão, também holandês, uma capa “a la Dom Bosco” aos ombros, olhos azuis, com seu andar vagaroso, cabeça branca e a voz pausada e sonora. Sempre atraía muitos penitentes, muitos o preferiam para a confissão obrigatória, pois não ouvia bem, assim diziam. Necessário ter um confessor fixo, sem excluir a ação de um outro padre, o guia coletivo, denominado “Diretor Espiritual.” As confissões em geral eram à noite. Colocava-se o nome do penitente e do confessor, em um pequeno pedaço de papel, em formato retangular, ou no verso de um santinho, e um colega se encarregava de levá-lo ao sacerdote destinatário, que mandava chamar o penitente.

Um penitente peçonhento, desejando confessar-se, dirigiu-se ao quarto do reverendo e enquanto relatava seus pecados, começou a coçar-se com afinco. Instigado com a ocorrência, o Padre Tomé afirmou: *“Bom, amigo, vamos interromper a confissão; aprofunde mais, pode ser uma pulga”*.

O quarto do velho Padre Pedro Zingueler ficava por cima do seu. Numa noite, o Pe. Pedro esquecera de fechar a torneira e a pia passou a transbordar, espalhando água pelo soalho gasto, gotejando sobre o aposento do Pe. Tomé que apanhou uma vara, usada em emergências e com três pancadas sonoras, sentenciou: “*Pedro, Oh! Pedro, isso é água mesmo?*”

Professor de latim, ele chegava pontualmente à pequena sala de aula do quinto ano. Certa vez atrasou-se um pouco e a satisfação tomou conta da meninada. Súbito, no seu andar balançado, ofegante, chegava afirmando: “*Meninos, eu caí...*” [Oba, não haverá aula, comentava-se na surdina.] Mas para surpresa geral, ele continuou: “*eu caí neste artigo e vou lê-lo, pois.*” Como professor de história, no segundo ano ginásial, vibrava com as façanhas de Júlio César e num arroubo de eloquência, ora imitava com as pesadas mãos o trote dos cavalos, afirmando: “*lá vem César.*” E os gaiatos dirigiam o olhar à janela, à espera do vencedor, bem para o local onde o velho estendia o braço. Nas notas era sovino, se o sem sorte tirasse um cinco, continuaria pelo ano a fora com tal nota: “*O Valmir está melhorando, dei-lhe um cinco, pois*” e a esperança de melhor nota ficava para o ano seguinte.

O Padre Pantoja, vaidoso, marcou época. Foi nosso primeiro prefeito. Nomeou uma infinidade de regentes, uns doze, aproximadamente. Havia o regente do dormitório, regente de cada quadrado [do espaço de quatro em quatro pessoas] no refeitório, um batalhão vigilantes, na caça aos infratores. Escondido por trás das colunas, ele vigiava nossos passos. Ainda me lembro da carreira e do susto que sofri, ao dirigir-me ao dormitório à tarde, aonde só se podia ir com autorização; ouvi a sonora voz, que me amedrontava: “*aonde vai?*” Uma meia volta rápida respondeu ao exigente “prefeito”.

Às vezes interrompia as manifestações espontâneas, durante o recreio, reunia um grupo e punha-se a cantar: “*não jogue pedra no telhado de seu vizinho, que é de vidro...*” Também costumava nas sessões “chato-musicais” cantar o “*quicá, quicá*”, escandalizando consciências amedrontadas. Segundo os que eram seus alunos, ele sempre se considerava o maior “*quem sabem mais dogma ou inglês, nesta casa, respondam?*” Perto de sua longa viagem, tornou-se diretor espiritual, por sinal ótimo diretor, segundo alguns. Numa palestra matinal, verberava

convicto: “*Não desgraçam uma vida. Conheço um jovem que se ordenou apenas para satisfazer sua mãe, prejudicando a alegria de seus dias.*” Pouco depois dessa declaração, partiu para o rio de Janeiro, deixando a ordem religiosa e lá conseguiu um emprego na VARIG, como intérprete. A explicação para sua saída surpreendeu a todos: “*ofendera uma freira*” que engravidou e fora embarcada para a Alemanha. Diziam as más línguas que se a freira fosse do Colégio da Imaculada, a honra da casa teria sido maculada. Comentava-se que ele tivera outros casos: com uma senhora casada, com outra moça, que o teria acompanhado.

Quando o acontecimento eclodiu, o Reitor do Seminário ficou muito abalado. Imediatamente telefonemas soaram, providências foram tomadas e bocas foram caladas. Na manhã do dia seguinte, na capela dos menores, antes da missa das seis, anunciaram que o Pe. Pantoja partira por motivo de grave enfermidade, que atingira sua mãe. Orações foram pedidas pela cura de uma doença fictícia e uma mãe saudável. O Pe. Pedro Zinguerler prometeu ao Pantoja rezar pelo pronto restabelecimento da sua mãe, e, posteriormente, indagou: “*A mãe do Pantoja melhorou? Ainda não, Padre Pedro, mas tenhamos confiança em Deus.*”

O Seminário Maior obteve imediata explicação, enquanto o Menor só soube do ocorrido posteriormente, pois não devia tomar conhecimento de tais vexames. Dizem que o reitor, aflito e preocupado, media as afirmações, arranhando diplomaticamente o ocorrido.

O Padre Pedro Zinguerler, sempre curvo, continuaria a debulhar o seu velho rosário, pelos corredores afora, intercedendo pelos que lhe encomendavam orações. Sua batina surrada, a barba por fazer, a faixa sobre a batina, à altura da cintura, mal colocada, parecia uma cauda. “*Hélas, miserable*” e se ia com suas saudosas lamentações. Por ser da região da Alsácia-Lorena não simpatizava com os alemães. Viera para o Brasil há muito tempo e pode acompanhar parte da conclusão das obras do prédio da Prainha. Dizem que o velho relógio do seminário fora por ele comprado, por cinco mil réis e brigara com o relojoeiro sovina, que não quis deixar por quatro e quinhentos. Contavam-se muitas histórias a seu respeito. Lecionou durante muito tempo francês. Simples e irônico, mas sempre respeitado. A Santa Infância era sua preocupação constante. De Colégio em Colégio, de sala em sala, angariava magros réis para

enviá-los à Ásia, onde trabalhavam Padres da Congregação da Missão. Para combater a preguiça, contava o caso de um aluno da filosofia que, indisposto a ler um estudo de santo Tomás de Aquino, rapidamente cochilara, enquanto um jumento penetrou no seu quarto e devorou o pesado texto. Segundo Padre Pedro, “*o jumento saiu relinchando, filosoficamente...*”

Pe. Antonio da Silveira Paixão, personagem enigmático, responsável pelo programa “A Hora do Pobre,” apresentado na Rádio Iracema, com o objetivo de colher contribuições em donativos ou através de dinheiro. Ensinava Geografia, no primeiro ano. Suas aulas eram ministradas no amplo salão de estudos. Ao entrar, soltava a sua arrastada voz, iniciando uma “Ave Maria” caminhando em direção à mesa, situada num estrado, ao final da sala. De lá dominava toda classe, olhando por baixo das lentes, como se não quisesse estragá-las.

Uma vez o Aurivan chegou atrasado à aula, pois fora ajudar o “Biluca”, um colega de Milha, a tirar a mala, que ficava guardada na parte superior da caixa d’água, toda forrada, pois ia sair do seminário. Ao descer, percebeu que haviam retirado a escada e madeira e o jeito foi pular, esparramando-se no chão. Pálido e trôpego, chegou atrasado à aula.

– “*Moço, de onde vem?*”

– “*Eu fui ajudar o Tadeu a retirar sua mala.*”

– “*Você devia ter ido na mala do Tadeu. Se duvidar de mi, pego-te pelo fundo das cal;çãs e jogo atrás do muro.*”

Numa manhã silenciosa, antes da missa, aguardávamos o toque da sineta, quando o Pe. Paixão chamou o Jojó. Mandou que, com uma flanela, limpasse o Jeep, que pertencia à “Hora do Pobre”:

– “*Vamos dar um passeio de Jeep, Jojó.*”

Após efetuar o serviço solicitado, Jojó abriu o portão, entrou no Jeep e, ao transpor o portão, o Pe. Paixão afirmou enfático:

– “*Desça, Jojó, o passeio terminou.*”

O Pe. Gumercindo Sampaio, baixinho e intransigente, professor do primeiro ano, sempre às voltas com as complicadas regras do latim. A aprovação nessa disciplina era a garantia de ascensão na íngreme rota

da formação sacerdotal. Qualquer erro em uma das argüições feitas em sala de aula, o aluno era condenado a fazer até cem cópias da palavra ou da regra desrespeitadas. Quando as cópias exigidas superavam a cem, alguns condenados ao castigo ousavam fazer apenas a metade do exigido, colocando papel em branco, no final, para fazer volume. Com piadas insossas, era o assombro dos iniciantes:

“qui, quae, quod, quem tem barba é bode”. Desde o diaconato que lecionava, satisfeito em ser reconhecido como o autor dos “Elementos de Latim”, com regras e mais regras, declinações e vozes verbais. O “decoreba” constituía o principal meio avaliação. Sofri um bocado em suas mãos.

Se deixasse a memória fluir num estágio contínuo, as reminiscências reveladas continuariam a me fazer penetrar, através dos corredores da Prainha, nos diferentes espaços e temporalidades de sua composição material, até ultrapassar a sua simples paisagem externa. Refiro-me ao misterioso corredor do nosso inconsciente, que é acionado através das possibilidades da razão e das circunstâncias cotidianas, no curso íntimo de cada um de nós. A maneira como a recomposição do passado é elaborada depende do estágio interior do narrador, ao expressar seus sentimentos e revelações através do caudal que transcorre no decurso dos relatos. Por isso, respeitando as fronteiras espaciais recomendadas, quando da elaboração de um artigo, não colocamos um ponto final nas narrativas apresentadas, mas reticências, que garantem a possibilidade de sua continuidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respeito às fronteiras estabelecidas ao pesquisador, de acordo com as normas técnicas recomendadas e a permanência do cardápio ideológico consolidado, cria uma barreira simbólica ao possível avanço de outras modalidades interpretativas, em virtude do sacro respeito aos pressupostos básicos das fontes teóricas cultuadas. Mas cedo ou tarde, dependendo da noção de temporalidade, outras maneiras de contar história são reveladas, através da adoção de moldes representativos, que não repetem o que se costuma fazer, mas abre caminhos antes considerados imponderáveis.

Como demonstrativo dessas considerações, remeto-me mais uma vez à profícua dimensão da “micro-história” italiana, que sem desmerecer experiências anteriores, busca ir mais além, para evitar a limitação de uma permanência metodológica em um campo do saber, marcado por contínuas mudanças. Com a revisão ou reinvenção da história, Hobsbawm denomina tal postura como ingresso “...na grande época da mitologia histórica”, após os anos sessenta do século passado, mas também observa que a historiografia passou “de uma perspectiva quantitativa a uma perspectiva qualitativa, da macro-história à micro-história, das análises estruturais às narrativas, da historiada sociedade à história da cultura”.³²

Através dessa rota reveladora, as lembranças de um ex-seminarista, que ingressou no Seminário da Prainha, aos onze anos de idade, ali permanecendo até os dezessete, não se restringem a uma auto-revelação de experiências narcisistas, limitadas à ação do “eu” como roteiro principal do conteúdo narrado. Creio que as revelações apresentadas ultrapassam o estreito espaço do meu mundo particular, pois revelam o que se apresentava fora do narrador, no labirinto dos corredores reais e simbólicos do histórico daquela instituição.

Por traz de cada caso relatado sempre figura uma mecha de ação coletiva, reveladora da memória social, que aproxima espaços geográficos distantes, considerando a origem de cada um dos colegas seminaristas, fossem originários de Fortaleza, de cidades distantes ou de outros Estados do Nordeste. Todos haviam atendido “ao chamado do Senhor”, embora conscientes de que “muitos eram chamados e poucos os escolhidos”.

Os limites da “Ego-História” não impedem as possibilidades de divisar nela rastros que sirvam de roteiro a uma possível trilha inédita, símbolo de uma modalidade diferenciada de análise e fruto de uma associação entre o individual e o coletivo. Nessa perspectiva, as barreiras que lhe são impostas me remetem à persistente querela entre as dimensões da história e da memória, que reforça as nítidas fronteiras entre ambas. E por não serem convergentes, persiste “a irredutibilidade da memória à história.”³³ A memória, por mais significativa que seja não permite uma reconstrução real da temática evocada, pois o narrador se situa no presente, que molda sua maneira de analisar as experiências passadas.

O narrado sobre uma individualidade rima com coletividade e dela não pode ser dissociada, pois ninguém é uma ilha isolada, mesmo

no mar revolto da pós-modernidade. Na revelação pessoal apresentada o eu não se apaga, mas se manifesta e quer ser preservado, pois não deve ser condenado, afinal, como diz o cronista *“Estou plenamente convencido de minha humana transitoriedade, embora ainda pense, algumas vezes, que bem podia não ser assim. Eis a verdade possível: a única eternidade só existe no território da memória. Ser lembrado para continuar existindo.”*³⁴

Notas

¹ Cf. GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

² Cf. JUNG, Carl Gustav. Memórias, Sonhos, Reflexões. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

³ Idem, ibidem, p.31.

⁴ Curioso era o meu receio, quando parti para o pós-doutorado, quanto a uma possível reação da Professora Sandra Pesavento em orientar um projeto de história, que ousava apoiar-se em conceitos teóricos da psicologia. Mas no primeiro encontro com ela, em um restaurante, a presença de uma sua amiga, coordenadora do Grupo de Pesquisa de História Cultural, da UFRGS, a psiquiatra Nádia Maria Weber Santos me estimulou e durante toda minha permanência em Porto Alegre me fez conhecer melhor o significado da contribuição de Jung, demonstrando a possibilidade de nele apoiar-se numa análise histórica. Cf. o “Capítulo I - As Representações Simbólicas e o Inconsciente nas Ciências Humanas” in SANTOS, Nádia Maria Weber. Histórias de Vidas Ausentes: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental. Passo Fundo: Ed. Universidade Passo Fundo, 2005, p.39-71.

⁵ Lótus, “flor que se poderia dizer a primeira que desabrocha sobre águas geralmente estagnadas e turvas com uma perfeição tão sensual e soberana que é fácil imaginá-la, *in illo tempore*, como a primeira aparição da vida sobre a imensidão neutra nas águas primordiais.” – Cf. CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain [et al; Dicionários de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p.558. Para quem foi moldado numa forma positivista, na continuidade de um legado escolástico de aprendizagem, solidificado com os ditames do “marxismo vulgar”, na turbulência dos anos sessenta, num curso de História, destinado apenas a formar professores, quando ainda não se sentia a força renovadora dos Annales, novas vias foram, no estágio de pós-doutorado em História, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 01.09.2006 a 01.09.2007, com o projeto “Seminário da PRAINHA: uma outra Fortaleza”, com o apoio do CNPq.

- ⁶ CF. PESAVENTO, Sandra Jatahy. A construção de uma Porto Alegre Imaginária – uma cidade entre a memória e a história. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÚHN, Fábio; GUAZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.) [et all.]. Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.179.
- ⁷ JUNG, C.G. O Eu e o Inconsciente. Petrópolis: Vozes, 1987, p.3.
- ⁸ GINZBURG, Carlo, op. cit., p. 9.
- ⁹ A figura do círculo nos remete ao seu significado simbólico, alegórico ou místico, além do simples sentido literal.
- ¹⁰ Sobre “... o precioso achado de Santo Agostinho, a saber, a estrutura discordante-concordante do tempo...”, cf. “A Aporética da Temporalidade” in RICOEUR, Paul, Tempo e Narrativa, T.III. São Paulo: Campinas-SP:Papirus, 1997,p.17.
- ¹¹ CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 20002, p.10-11.
- ¹² Cf. ELIAS, Nobert.O Processo Civilizador, vol.I: uma história dos costumes.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. A respeito da contribuição de N. elias à História Cultural, vide CHARTIER,Roger, op. cit.,p.10,11,78,92-94,172,232,233.
- ¹³ Vide NIETZSCHE, Friedrich.O Anticristo: maldição ao cristianismo e diritambos de Dionísio. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ¹⁴ Paul Ricoeur apud LEFRANC, Jean. Compreender Nietzsche. 2ª.ed.Petrópolis-RJ:Vozes, 2005,p.32.
- ¹⁵ Michel Foucault apud LEFRANSC, J., op.cit., p32.
- ¹⁶ KÜNG, Hans. Projeto de Ética Mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993, p.18. Baseando-se em R. Pannwitz, Küng apresenta o “pós-moderno” “...como conceito epocal da história mundial [que] aparece por primeiro na crise cultural da primeira Guerra Mundial , na esteira de Friedrich Nietzsche, o aguçado crítico da modernidade.”- cf. nota 5, p.19. Para uma melhor compreensão sobre o assunto, vide “1.Da Modernidade à Pós-Modernidade” in ___, op.cit.,p.16-53.
- ¹⁷ Cf. GINZBURG,op. cit.,p.9
- ¹⁸ DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. 2a.ed. São Paulo: Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2006,p.82.
- ¹⁹ Idem, ibidem, p.85.
- ²¹ Cf. Minidicionário de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- ²² Cf. subtítulo da obra citada de Chartier.

²³ Cf. DOSSE, François. Capítulos 25 e 33 in _____. *O Império do Sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p.325-339;403-414.

²⁴ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2.ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Ensaio de Cultura; 6), p.97-116.

²⁵ JUNG, C. G. *O Eu e o Inconsciente*. 8ª. ed. Petrópolis; Vozes, 1987. (Obras completas de C.G. Jung, v.7, t.2). e _____. *A Natureza da psique*. 2ª.ed. Petrópolis:vozes, 1986). *Obras completas...*, vol. VIII/2.

²⁶ “História e psicologia” e “O símbolo como mediador entre inconsciente e história” constituem sub-divisões do capítulo I - “As representações simbólicas e o inconsciente nas ciências humanas” do livro *Histórias de vidas ausentes: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental*, da psiquiatra Nádia Maria weber Santos, que nos acompanhou, com dedicação, quando da nossa estada em Porto Alegre, durante o nosso pós-doutorado na UFRGS, nos nossos primeiros passos na descoberta do valor da análise de Jung.

²⁷ CHAUNU, Pierre; DUBY, Georges; LE GOFF, Pierre [et al.] *Ensaio de Ego-História*. Lisboa/Rio de Janeiro:Edições 70,s.d.

²⁸ Cf. DIAS, Claudete Maria Miranda. Roger Chartier: entrevista in CASTELO BRANCO, Edmar Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alves do e PINHEIRO, Áurea Paz. (Orgs.) *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: BAGAÇO, 2005, p.207.

²⁹ Para Michel Certeau, “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc.

– Cf. *A Escrita da História*. 2.ed.Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2000, p.66.

³⁰ Vide WHITE, Hayden in MALERBA, Jurandir (Org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 192-210.

³¹ Idem, *ibidem*, p.193.

³² “O processo de individuação”, “um processo lento” e “imperceptível do crescimento psíquico” assim nos é explicado: “Observando um grande número de pessoas e estudando seus sonhos (calculava ter interpretado ao menos uns 80.000 sonhos), Jung descobriu não apenas que os sonhos dizem respeito, em grau variado, à vida de quem sonha mas que também são parte de uma única e grande teia de fatores psicológicos. Descobriu também que, no conjunto, parecem obedecer a uma determinada configuração ou esquema. A este esquema Jung chamou ‘o processo de individuação’. – VON FRANZ, M. – L. 3.O processo de individuação in JUNG, Carl G. e VON FRANZ, M. – L. ...[et al.]. *O Homem e seus símbolos*. 23ª. Imprensa. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2002, p.160 e 161.

- ³³ Cf. HOBSBAWM, Eric apud Ginzburg, Carlo “8. No rastro de Israel Bertuccio” in _____.op. cit., p. 156-157.
- ³⁴ GINZBURG, Carlo. Olhos de Madeira: novas reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 178.
- ³⁵ MONTE, Airton. Crônica. Amorosamente. Fortaleza, Vida & Arte, Jornal O Povo, 27 set. 2007, p.2.